

**DO “ASSOMBRO” À MORTE: POSSIBILIDADES DE SE PENSAR O MEDO, VARÍOLA E RAIVA NO PIAUÍ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX****FROM “HAUNT” TO DEATH: POSSIBILITIES OF THINKING ABOUT FEAR, VARIOL AND ANGER IN PIAUÍ IN THE SECOND HALF OF THE XIX CENTURY**

Resumo: No código de posturas de Teresina de 1865, que dispôs sobre as ruas e praças da cidade, evidenciou-se a necessidade de reduzir a presença de cães nestes logradouros, regulamentando sua “destruição” caso não fossem identificados seus donos, em função da possibilidade de transmissão da raiva. Em um contexto do Império enfermo (Del Priore, 2016), o Piauí enfrentou epidemias do cólera, febre amarela, varíola e, possivelmente, casos de raiva que “assombraram” a província, da capital ao litoral. Deste modo, o objetivo do presente trabalho foi refletir, a partir de pesquisa bibliográfica e estudo documental do poder executivo e legislativo, sobre a presença destas enfermidades na segunda metade do século XIX no Piauí, bem sobre como afetaram o imaginário da época no tocante ao medo (Tuan, 2005; Delumeau, 2009) destas doenças. O estudo indicou que a incidência da varíola e raiva pode ter perturbado o imaginário da população piauiense por medo de sua disseminação e morte em decorrência destas.

Palavras-chave: Medo. Doenças. Província do Piauí.

Abstract: The Teresina posture code of 1865, which laid out on the streets and squares of the city, showed the need to reduce the presence of dogs in these places, by regulating their “destruction” if their owners were not identified, due to the possibility of transmitting rabies. In a context of the sick Empire (Del Priore, 2016), Piauí faced epidemics of cholera, yellow fever, smallpox and, possibly, cases of rage that “haunted” the province, from the capital to the coast. Thus, the objective of the present work was to reflect, based on a documentary study by the executive and legislative branches, on the presence of these diseases in the second half of the 19th century in Piauí, as well as how they affected the imagination of the time about fear (Tuan, 2005; Delumeau, 2009) of these diseases. Thus, the study indicated that the incidence of smallpox and rage may have disturbed the imagination of the population of Piauí for fear of its dissemination and death as a result of these.

Keywords: Fear. Illnesses. Province of Piauí.

**Marcus Pierre de Carvalho
Baptista**

Mestre em História do Brasil
pela Universidade Federal
do Piauí (UFPI)
marcus_pierre@hotmail.com

**Francisco de Assis de Sousa
Nascimento**

Doutor em História Social pela
Universidade Federal
Fluminense (UFF)
franciscoufpi@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.4013/rlah.2021.1025.04>

Introdução

Em 1865, foi publicado, na cidade de Teresina, a então nova capital¹ da província do Piauí, o seu segundo código de posturas que regulamentaria as normas para utilização do espaço público da cidade pelos seus residentes. Dentre os elementos presentes no documento, destaca-se um conjunto de cinco artigos que se propõem a normatizar a situação dos cães de rua que, porventura, pudessem ser encontrados nas dependências dos logradouros públicos da cidade.

Em um contexto de Império enfermo (Del Priore, 2016), a preocupação com a situação destes animais logo resvala, possivelmente, não apenas em um perigo físico que estes representariam para os habitantes desta cidade, mas também na probabilidade de disseminação de uma doença que tem como um de seus principais vetores de transmissão o cachorro, isto é, a raiva.

Embora o documento não cite diretamente a doença, esta interpretação não seria impossível, tendo em vista que nos anos 1860 os piauienses enfrentaram diversas doenças que marcaram o seu imaginário, a exemplo da febre amarela, sarampo, sífilis, cólera e varíola, podendo encontrar registros acerca destas e seus efeitos nos documentos produzidos pelo poder executivo, bem como na imprensa piauiense da época.

Deste modo, o objetivo deste artigo foi discutir sobre os reflexos que a presença destas enfermidades, especialmente a varíola e raiva, teve no imaginário dos piauienses na segunda metade do século XIX, enfatizando questões referentes ao medo que estas provocaram no território provincial. A metodologia, por sua vez, constou de pesquisa bibliográfica para compreensão do contexto histórico brasileiro e do Piauí enfermo na segunda metade do século XIX, com destaque para autores como Nunes (2007) e Del Priore (2016), bem como obras que

¹ De acordo com Andrade (2016), nas décadas que antecedem a mudança da sede político-administrativa da capital piauiense criou-se um discurso político de necessidade desta última em função de uma suposta situação de atraso, e isolamento geográfico, bem como estagnação econômica e impossibilidade da modernização e desenvolvimento do Piauí. Este discurso, apontado pela historiografia piauiense e construído a partir de fontes produzidas na época, como memórias, relatórios de presidentes da província, sustentou a necessidade de mudança da capital da província do Piauí de Oeiras para Teresina. Esta, por sua vez, se sucedeu em 1852 e se tratou de uma estratégia política em que se acreditava que através desta seria possível uma maior integração da economia piauiense à conjuntura econômica nacional e, assim, modernizar a província. Na época, isto tornar-se-ia possível através da possibilidade de comunicação e transporte de mercadorias que se possibilitava com a nova capital às margens do rio Parnaíba, maior via fluvial piauiense, conectando o Piauí de norte a sul através da navegação a vapor, bem como fortalecendo a cidade de Parnaíba no litoral piauiense como espaço para comercialização das mercadorias da província e escoamento através do oceano Atlântico.

ajudassem a dialogar com o conceito de medo, que foi trabalhado na narrativa construída, utilizando-se Tuan (2005) e Delumeau (2009).

Com relação a fontes utilizamos, ao longo do estudo, dois tipos de documentos: documentos do poder legislativo, no caso, o código de posturas da cidade de Teresina de 1865, e os relatórios dos presidentes da província do Piauí de 1856, 1862, 1863, 1865, 1866, 1867, 1876, 1877, 1878 e 1879.

Deste modo, a partir do acervo documental trabalhado, o fio condutor da construção desta narrativa sustentou-se nas possibilidades de reflexão acerca de como as doenças transformaram não apenas o cotidiano dos espaços que se inseriram, seja modificando hábitos ou paisagens, mas também de que maneira marcaram o imaginário social da época.

Possibilidades para se pensar a Raiva e a Varíola no Piauí enfermo da segunda metade do século XIX

A segunda metade do século XIX, especialmente as primeiras décadas, marca, no contexto do Brasil oitocentista, um momento de discussão profícua entre a legitimação do saber médico científico em detrimento de outras práticas de cura que existiam no momento. Tratou-se de um período em que o poder público buscou relacionar uma ideia do ser “moderno” com questões voltadas ao progresso, modernização dos espaços, bem como a necessidade de higienização destes últimos (Del Priore, 2016).

Foram muitas as enfermidades que se instalaram de norte a sul do Brasil, provocando não apenas milhares de vítimas, mas modificando significativamente o cotidiano, bem como o imaginário social das pessoas. O Piauí, por sua vez, não esteve ausente deste contexto e foi uma das províncias brasileiras afetadas por diversas enfermidades na segunda metade do século XIX.

Ainda em relação a este contexto de Império enfermo, pode-se citar o caso da epidemia do cólera que, de acordo com Del Priore (2016), entre 1854 e 1855 afetou as províncias do Pará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Alguns anos depois, em 1867, a doença reaparece no Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, surgindo novamente em 1894 na cidade de São Paulo. Embora a autora não comente, o cólera também se fez presente no Piauí entre os anos de 1861 e 1863, conforme Nunes (2007), vitimando dezenas de pessoas nos termos e vilas

atingidos, especialmente naqueles em situação limítrofe com o Ceará, a exemplo de Independência, Príncipe Imperial (Crateús) e Parnaíba.

Além do cólera, de acordo com Del Priore (2016), outras doenças de caráter epidêmico também afetaram o Império neste período, como a febre amarela, varíola, dentre outras. Estas últimas, por sua vez, segundo Nunes (2007), também grassaram no Piauí entre os anos de 1861 e 1876, levando a óbito centenas de pessoas em diversas localidades da província.

Deste modo, ao observarmos o registro dos efeitos que estas enfermidades produziram na província piauiense e que pode ser encontrado nos documentos produzidos na época, é pertinente notar as citações no tocante ao horror, pânico e medo² que algumas destas provocaram ao grassar entre a população piauiense, como é o caso do cólera³. Seria possível, no entanto, inferir que outras doenças, ainda que já conhecidas e que vez ou outra tornavam-se epidêmicas nas províncias, tiveram efeitos similares quanto ao medo provocado na população?

Assim, ao nos depararmos com documentos que registram a varíola no Piauí nesta época, bem como a possibilidade da raiva, tenhamos em mente os ensinamentos de Albuquerque Jr. (2017), isto é, que a narrativa histórica não tem a liberdade criativa de um enredo ficcional, no entanto, não deixa de ser uma narrativa inventada atrelada a documentos. Ao historiador cabe produzir os conflitos, recortar seus objetos, o que aproxima seu fazer às produções artísticas.

Tendo isso em vista, utilizaremos os documentos neste artigo no sentido de indicar possíveis caminhos de pesquisa e modos que a varíola e a raiva afetaram as sensibilidades dos sujeitos que viviam no Piauí no período em tela, contribuindo para os estudos de história da saúde, das doenças e das ciências no Piauí.

² O sentir medo faz parte da experiência humana. Este, por sua vez, transforma-se de acordo com a sociedade, isto é, os sujeitos sentem medos de maneiras e formas distintas, podendo ser diferentes elementos a constituírem seu imaginário e criarem paisagens do medo (Tuan, 2005). A morte, por exemplo, a partir do momento que o ser humano toma consciência que sua existência é finita, teme-se o seu fim, tendo-se então o medo da morte. As doenças, deste modo, tornam-se mais um dos aspectos que não apenas modificam o cotidiano dos sujeitos, mas marcam o seu imaginário, em função do fim último que podem levar o indivíduo: a morte. Ao historiador, então, cabem os cuidados ao se analisar e refletir sobre o medo, especialmente ao se considerar a relação entre os temores individuais e aqueles coletivos (Delumeau, 2009). No caso do Piauí, na segunda metade do século XIX, doenças, medo e morte, em momentos de surtos epidêmicos, fizeram parte do imaginário dos sujeitos.

³ É possível encontrar registros do medo que o cólera ou mesmo a possibilidade de sua chegada provocou na província piauiense nos relatórios de presidente da província de 1856 (Piauhy, 1856), 1862 (Piauhy, 1862a; Piauhy, 1862b), 1863 (Piauhy, 1863a) e 1866 (Piauhy, 1866a). Além disso, em 1884, a possibilidade de a doença voltar a se tornar epidêmica no Piauí através do porto de Amarração novamente é motivo para medo e cobrança de medidas por parte da imprensa às autoridades públicas (Baptista e Nascimento, 2018).

Cabe dizer também que nosso interesse aqui não é em analisar ações profiláticas ou medidas tomadas (embora iremos comentar eventualmente sobre estas) para controle da raiva e varíola, mas sim indicar, do mesmo modo que no caso do cólera, como estas doenças possivelmente impactaram o imaginário dos sujeitos que viviam na província na segunda metade do século XIX e a necessidade de refletirmos sobre outros aspectos no contexto piauiense, nesse caso sobre o medo da doença.

O caso da raiva e varíola, a partir das fontes trabalhadas, permite-nos inferir mais sugestões do que afirmações, indicando algumas narrativas que podemos criar a partir dos documentos que tivemos acesso e que outras fontes mais próximas das sensibilidades podem permitir discutir de maneira mais incisiva essa questão do medo destas doenças na segunda metade do século XIX no Piauí.

Deste modo, dois documentos nos chamaram a atenção pelas narrativas possíveis a partir destes e os caminhos para outras análises, sendo: o código de postura de Teresina de 1865 e o relatório do chefe de polícia presente no relatório do presidente da província Dr. Adelino Antonio de Luna Freire apresentado à Assembleia Legislativa em 1867.

O primeiro documento, isto é, o código de postura de Teresina de 1865, delibera sobre diversos regulamentos para a cidade naquele momento, dentre estes alguns acerca da higiene⁴ pública do espaço urbano, discussões que se inseriram no cotidiano das populações e nos espaços de poder durante o período oitocentista.

Nestes artigos, era comum a regulamentação sobre a presença de animais nos logradouros públicos da cidade, bem como tratamento do consumo e acerca dos espaços para abatimento, como os matadouros. Alguns destes regulamentos, por sua vez, referentes a salubridade pública da cidade, inferem diretamente acerca da situação dos cães que eram possíveis de serem encontrados nas ruas e praças do espaço urbano de Teresina, conforme pode-se perceber a seguir:

Posturas sobre os cães que vagam nas praças e ruas da Capital.

⁴ Com relação ao movimento higienista, foi na segunda metade do século XIX e início do século XX que esta ideologia passou a influenciar significativamente o poder público, especialmente nas políticas adotadas para a manutenção da salubridade dos espaços. A proposta higienista referia-se à importância de se ter espaços bem higienizados, assim como uma população bem-educada no tocante às suas práticas higiênicas, principalmente porque através da manutenção da saúde coletiva protegia-se as elites. Assim, durante esta temporalidade esta ideologia passa a modificar diretamente as vidas dos sujeitos, bem como a política, ao tempo em que influencia as ações tomadas na sociedade. (Oliveira Sobrinho, 2013).

Art. 1º Prohibi-se expressamente que vaguem cães nas praças e ruas desta cidade.

Art. 2º O cão que assim for encontrado será imediatamente morto pelos Guardas da Comarca, ou por quem for para isso encarregado pelo respectivo fiscal.

Art. 3º Não terá lugar a disposição do artigo antecedente nos casos seguintes:
§. 1º Se antes da execução da morte de qualquer cão apparecer seu dono ou dona que reclame a suspensão da mesma execução e pague a multa estabelecida pelo art. 4º.

§. 2º Se a pessoa a quem pertencer o cão for conhecida e não for indigente.

Art. 4º Os cães que estiverem comprehendidos nas disposições dos §§. antecedentes, não deverão serem mortos; impondo-se a seus donos a multa de 5\$000 reis e o duplo nas reincidencias.

Art. 5º A Comarca fornecerá ao Fiscal o modo mais conveniente para a destruição dos cães.

Art. 6º Tanto o Fiscal, como os guardas, da Comarca ficão sujeitos a multa de quinze mil reis por qualquer das infrações das presentes posturas.

Art. 7º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço da Camara Municipal de Theresina 24 de julho de 1865 (Theresina, 1865).⁵

Ao ler essa regulamentação no código de posturas de Teresina, a pergunta que fica é: Por quê? Por que proibir a presença de cães vagando pelas ruas e praças? A situação era tão complicada que foi necessária uma lei para regulamentar a morte de cachorros de rua? E quais os motivos? O perigo que representavam à vida dos habitantes em função da possibilidade de ataques? Ou estaria relacionado à salubridade pública?

Acreditamos que a última inferência possa ter sido o motivo mais provável que levou à criação dessa regulamentação. No entanto, não encontramos documentação que permita inferir se a capital vivenciava problemas sanitários em função dos cães, especialmente no tocante a raiva, doença transmitida por estes animais.

Não obstante, não seria a primeira vez no Brasil que animais, especificamente cães de rua, seriam mortos por questões de salubridade pública. Na década anterior, entre 1855 e 1856, quando a capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, isto é, Porto Alegre, vivenciava um surto de cólera, foram tomadas medidas rigorosas no tocante a higiene pública. Na ocasião, uma das medidas tomadas pelas autoridades públicas foi a matança de cães (Moreira, 2019).

⁵ No documento consta ainda, após os artigos, a assinatura dos responsáveis pela elaboração dos códigos de postura. No entanto, os nomes não estão completamente legíveis.

Certamente, como já abordado ao longo deste artigo, hoje sabemos que os cães não são vetores de transmissão do cólera, mas na época em que essas medidas foram tomadas não se tinha esse conhecimento. Embora o autor não aprofunde acerca do motivo que levou o poder público a matar cães, provavelmente tratou-se de uma medida desesperada para tentar conter a epidemia. Tendo em vista ainda que já se tinha ciência de outras doenças transmitidas por cães, como a raiva, pode ser que tenham considerado a possibilidade deste animal também transmitir o cólera.

O caso de Teresina, por sua vez, enquadra-se em uma conjuntura similar, embora não possamos afirmar ao certo o que levou à aprovação desse código. Assim como no Rio Grande do Sul, o Piauí também vivenciava há pouco a epidemia do cólera, isto é, entre os anos de 1861 e 1863 (Nunes, 2007). No entanto, não encontramos registros da capital ter sido afetada, ainda que não fosse improvável que isso tenha se sucedido.

A aprovação do documento em 1865, por sua vez, dois anos após o término do surto epidêmico na província, não necessariamente signifique dizer que não esteve atrelado à conjuntura anterior. Isto é, caso essas ações tenham sido efetuadas podem ter sido relacionadas ao medo do cólera ou mesmo ao receio deste ressurgir e ser transmissível a partir de cães.

Outra possibilidade que também pode ser explorada em trabalhos futuros e que merece ser mencionada se trata do medo da raiva. A raiva trata-se de uma doença transmitida pela mordida de animais que estejam infectados com o vírus da enfermidade, “[...] que não só se aloja na saliva de um cão contaminado mas também provoca no animal um furor de morder e, assim, infectar muitas vítimas novas [...]” (Diamond, 2020, p. 199).

Além de ter uma letalidade elevada ao manifestar-se em humanos, é uma zoonose conhecida pela humanidade há milênios, tendo como um de seus primeiros registros “[...] um decreto no código de Eshnunna da Mesopotâmia, que definia as penalidades para os donos de um cão raivoso cuja mordida resultasse na morte de alguma pessoa [...]” (Babboni; Modolo, 2011, p. 350). É também descrita em diversos contextos espaço-temporais, tanto no Oriente como no Ocidente, sendo comumente considerada uma doença de caráter endêmico no Brasil (Babboni; Modolo, 2011).

Sobre esta doença no Piauí, Nery (2021) aponta que no século XX, a partir de 1930, foi possível encontrar nos relatórios do governo do estado ações profiláticas contra a raiva, especificamente no interior piauiense, não tendo encontrado registros anteriores da existência da doença ou mesmo de medidas para o seu combate.

Deste modo, segundo a autora, nos anos 1930 o estado piauiense cria institutos específicos para lidar com enfermidades, dentre estes o Instituto Alvarenga que, ao ser criado, estabeleceu um local específico para os cuidados da enfermidade (Nery, 2021), tratando aqueles acometidos pela raiva, bem como produzindo vacinas e aplicando estas em cães presentes em Teresina e no interior.

No contexto da segunda metade do século XIX, no entanto, ainda que não tenhamos encontrado registros da doença nesta época, o mais provável, considerando a própria historicidade da enfermidade, é que a população piauiense já convivesse com esta doença de forma endêmica, portanto, a regulamentação de destruição de cães em situação de rua poderia estar vinculado a necessidade de higienização da cidade, considerando a epidemia de cólera de anos anteriores e a existência da raiva, ou mesmo poderia ser uma reação a algum caso recente de ataque que algum membro da elite da sociedade teresinense sofrera. O documento em si levanta mais dúvidas do que respostas e torna-se necessário outras fontes e novos estudos acerca da questão.

Outro caso interessante, e que também merece ser mencionado nesta discussão do medo de doenças durante o período oitocentista, refere-se à questão da varíola⁶. No caso do Piauí, na segunda metade do século XIX, a existência de surtos epidêmicos periódicos era situação comum entre a população. Ao tratar sobre a saúde pública da província em 1866, o relatório do presidente da província Dr. Franklin Americo de Menezes Doria traz o seguinte:

Saude Publica

Em setembro do anno passado, a variola discreta ou varicella, que de vez em quando invadia esta provincia, tomou character serio, e então começou por atacar os habitantes da capital. Seus estragos naturalmente teriam sido mais consideraveis, se não fôra o preservativo da vaccina; assim como, além do

⁶ A varíola tornou-se doença comum no cotidiano americano a partir do contexto de conquista das populações nativas que viviam no território que posteriormente denominou-se América. No momento anterior à conquista “[...] a população indígena – numericamente fraca, dispersa geograficamente e sem manter convívio com animais domésticos, tais como bovinos, equinos, ovinos, **cães** e galináceos, todos esses responsáveis pela transmissão de inúmeras doenças, – estava mais resguardada da invasão dos micróbios. De uma forma geral, antes da chegada dos europeus, os índios apresentavam poucos problemas de saúde, os quais geralmente eram decorrentes de picadas de cobras e de outros animais peçonhentos, de ferimentos provocados pelas frequentes lutas intertribais, da presença de algumas verminoses ou de doenças de pele, como a sarna” (grifo nosso) (Miranda, 2017, p.160). A América Portuguesa neste contexto, isto é, séculos XVI, XVII e XVIII, passou a caracterizar-se pelo surgimento de surtos de doenças infectocontagiosas de caráter epidêmicos, como o sarampo, disenterias, **varíolas** e gripes, bem como endêmicos, a exemplo da lepra, sífilis e tuberculose, além de carencial, tais como o raquitismo, pelagra, anemia e escorbuto, existindo ainda a presença da malária e febre amarela. Além disso, através dos registros feitos pelos jesuítas, é possível indicar o horror das populações nativas que vivenciavam essas epidemias, bem como a terapêutica empregada para a tentativa de curar (Miranda, 2017).

lazareto militar a que anteriormente me referi, uma enfermaria especial para variolicos, creada pela mesa administrativa da sancta casa de misericordia. Esta enfermaria, cujo custeio foi auxiliado pelos cofres geraes, teve o seguinte movimento de doentes, a contar de 24 de outubro até 16 de junho último, salvo um pequeno intervallo, em que deixou de funcionar:

Entraram72

Sairam curarados54

Falleceram 18

Em summa, o obituario geral dos bexiguentos na capital, calculado pelas inhumações feitas no cemiterio publico, comprehende, até o fim de junho, 118 pessoas, das quaes 83 falleceram o anno passado e as mais no corrente anno, e pertenciam ao sexo masculino 61 e ao feminino 57. Para uma cidade, como esta, cuja população se avalia em cerca de 8:000 almas, parece que semelhante obituario não é excessivo, ainda quando não estejam incluídos n’ele, o que é muito possível, alguns obitos provenientes da epidemia, ocorridos nos suburbios.

Na cidade da Parnahyba, á vista de officio que em foram dirigidos, a variola tornou-se perniciosa em dias de março. No intuito de attenuar seus effeitos sobre a classe dos indigentes, de preferencia accommetida, foi por mim nomeada uma commissão composta do juiz de direito Francisco d’Araujo Lima, do medico Joaquim Eduardo da Costa Sampaio e do reverendo vigario Francisco de Oliveira Gomes, e á disposição d’ella, para melhor desempenho da sua humanitaria tarefa, foram postos os necessarios recursos pecuniarios.

Na cidade de Oeiras, o mal epidemico revelou-se em abril, segundo communicações officiaes que d’alli tive. Em face d’ellas, mandei logo entregar, pela thesouraria de fazenda, ao medo do partido publico n’aquella cidade, dr. José Servio Ferreira, como auxilio ao tratamento dos doentes desvalidos a quantia que foi julgada sufficiente.

Quasi ao mesmo tempo a variola reinava, porém com intensidade menor, na villa de S. Gonçalo e logo depois na das Barras, sendo que pela presidencia tambem lhes foram promptamente ministrados os devidos socorros.

Em outras localidades consta-me que a variola ceifára uma ou outra vida, bem que nada chegasse officialmente ao meu conhecimento.

Nas que mencionei, além da capital, não posso por falta de esclarecimentos positivos fonnar juizo seguro acerca da mortalidade dos bexiguentos; creio, porém, que não foi crescida.

Como quer que, o mal tem declinado muito e se diria extincto, se não fossem alguns casos de variola confluyente que ainda apparecem, mesmo aqui, onde ultimamente tambem tem grassado o sarampo mas sem consequencia (Piauí, 1866a, p. 20).

Entre 1865 e 1866, a varíola havia se tornado novamente epidêmica na província do Piauí, provocando óbitos em Teresina e, provavelmente, nos outros espaços citados pelo documento (ainda que o presidente da província por ausência de dados tenha evitado afirmar), como Parnaíba, Oeiras, São Gonçalo (São Gonçalo do Piauí), Barras, além de outras localidades não mencionadas.

Interessante destacar ainda que, em agosto de 1866, o relatório do presidente da província Dr. Franklin Americo de Menezes Doria ao Dr. José Manoel de Freitas indica que

apenas em São Gonçalo e Oeiras a epidemia de varíola havia retornado (Piauhy, 1866b). Dois meses depois, em outubro de 1866, no relatório do presidente da província, Dr. José Manoel de Freitas, para o Dr. Adelino Antonio de Luna Freire, há o registro de que a epidemia de varíola e sarampo havia terminado (Piauhy, 1866c).

Nunes (2007) também registra outros dois surtos epidêmicos da varíola: um em 1867 atingindo Teresina, Parnaíba, Amarante e outros locais na província também não mencionados; outro em 1875, acometendo especialmente Teresina, que chegou a mais de 500 óbitos, além de Campo Maior, Pedro II, Regeneração, São Raimundo, São João, dentre outras localidades,

A varíola, ao que tudo indica, tratava-se de uma enfermidade comum no dia a dia da população piauiense, assumindo caráter epidêmico em diversos momentos e, nos relatórios dos presidentes da província entre 1863 e 1879, foi possível encontrar registros da doença nesta, às vezes tratando-se de surtos epidêmicos e outras vezes de casos isolados.

Dependendo do ano e dos efeitos provocados pela enfermidade, os relatórios traziam uma maior ou menor quantidade de informações, sendo que quanto maior a quantidade de locais acometidos e vítimas provocadas, mais espaço do documento acerca do estado da saúde ou salubridade pública da província era destinado a tratar sobre a enfermidade.

Em 1863, a doença torna-se epidêmica em Pedro II, tendo aparecido também em Marvão e Campo Maior, embora nestas duas últimas localidades não tenha atingido níveis epidêmicos (Piauhy, 1863b). Dois anos depois, em 1865, há apenas um pequeno registro de que a varíola assumia um caráter benigno, ou seja, no ano em questão não havia provocado nenhum surto epidêmico (Piauhy, 1865).

No ano de 1866, conforme discutido anteriormente, a doença atinge caráter epidêmico levando ao óbito centenas de pessoas (Piauhy, 1866a), e no ano seguinte, em 1867, registrou-se que esta estaria controlada e que o número de vítimas era bem reduzido ao comparar-se com o ano anterior (Piauhy, 1867).

Nos anos 1870, por sua vez, especialmente entre 1875 e 1876, tem-se um novo surto epidêmico na província do Piauí que afetou Amarante, Pedro II, São João do Piauí, Campo Maior e, principalmente, a capital da província, Teresina, levando ao óbito mais de 800 pessoas nesta última. No ano de 1876, apenas em Amarante a varíola continuava a provocar vítimas (Piauhy, 1876). No ano seguinte, em 1877, registrou-se apenas que o surto em Amarante, bem como em Jerumenha, havia terminado, destacando-se a relevância da vacinação e da atuação médica no enfrentamento à epidemia (Piauhy, 1877).

Em 1878, a varíola torna a assustar as autoridades públicas, com o registro de casos oriundos do Ceará através de Independência, vila piauiense localizada no limite da província com a cearense, ressaltando a necessidade de vacinar a população em Teresina, tendo em vista que, naquele momento, o Maranhão e o Ceará enfrentavam novos surtos epidêmicos. Destaca ainda a importância de se vacinar os migrantes cearenses decorrentes da seca de 1877-79 que chegassem à província (Piauhy, 1879b).

Por fim, no ano de 1879, a varíola volta a assumir um caráter epidêmico, grassando em Jaicós, Picos, Oeiras e Parnaíba. Quanto a este surto, foram tomadas medidas profiláticas, a exemplo do envio de vacinas para as cidades e vilas acometidas pela enfermidade, bem como a construção de um lazareto na capital para receber, isolar e cuidar dos enfermos, caso esta cidade também fosse afetada pela doença (Piauhy, 1879a).

No entanto, é no relatório de polícia, presente no relatório do Presidente da Província Dr. Adelino Antonio de Luna Freire, de 9 de setembro de 1867, dirigido à Assembleia Legislativa, que um caso curioso de incêndio, ocorrido no povoado do Poti, nos arredores de Teresina, nos chamou atenção. Segue o trecho transcrito:

Factos Accidentaes

Na povoação do Poti, perto desta capital, na noite de 1º de fevereiro do anno passado, pereceram queimados, dentro de uma casa de palha, que incendiou-se, 3 innocentes crianças, menores de oito annos, que ali dormiam na ausencia de sua mãe, a qual fôra para outra casa em razão de estarem estas infelizes com bexigas⁷!

Por mais diligencias que fez a policia para descobrir a causa do incendio, não o pôde conseguir, apenas conjecturas de que a luz de um candieiro, que existia na referida casa, foi que ateou o incendio que causou taes desgraças (Piauhy, 1867, p. 4).

O acontecimento em si traz mais dúvidas do que respostas. O que teria causado o incêndio? A conjectura acerca de ter sido um incêndio acidental estaria correta? Ou seria possível que outro fator tivesse provocado o incêndio?

Observemos, inicialmente, que o evento se sucedeu no ano anterior ao relatório, isto é, em fevereiro de 1866. Na mesma época, entre setembro de 1865 e junho de 1866, a cidade de Teresina, na qual a povoação do Poti encontrava-se geograficamente próxima, vivenciou uma epidemia intensa de varíola.

⁷ Nome popular comumente associado à Varíola.

Isto posto, seria possível inferir que o incêndio não teria sido um acidente, mas sim uma reação de vizinhos que, por medo de se infectarem com a varíola, resolveram atear fogo na casa e matar as crianças que carregavam a enfermidade?

Certamente é uma possibilidade que se descortina a partir da documentação trabalhada. No entanto, falta-nos outras fontes que possam apontar neste caminho. Contudo, considerando as reações diversas que o ser humano pode ter frente ao medo e à morte, e tendo em vista, ainda, a conjuntura do Piauí enfermo na década de 1860, trata-se de uma narrativa que não nos parece improvável de ter se sucedido.

Não seria a primeira vez que esta doença teria provocado o medo nos sujeitos e levado a reações adversas. Ao rememorarmos os efeitos da varíola nas populações americanas durante o período da conquista, é pertinente indicar que a doença levou a óbito dezenas de milhares de indivíduos, induzindo pânico e medo em decorrência de uma enfermidade que era desconhecida por estes povos e que tinha um grau elevado de letalidade (Todorov, 2003; Miranda, 2017).

Ainda que no contexto do Piauí oitocentista, diferentemente da conjuntura da conquista da América, a varíola já fosse uma doença conhecida, tratava-se de uma enfermidade contagiosa e que ainda provocava um número elevado de óbitos pelos espaços em que grassava. Além disso, mesmo com a vacina já existindo neste período, ainda não havia campanhas de vacinação em massa⁸.

Considerando, então, que a situação posta ocorreu num povoado em uma casa de palha, o mais provável era que se tratasse de sujeitos pobres e que, portanto, não teriam acesso à vacina ou mesmo a outras medidas profiláticas que foram tomadas em espaços mais urbanizados, como Teresina, conforme o relatório do presidente da província Dr. Franklin Americo de Menezes Doria já citado neste artigo (Piauí, 1866a).

Por fim, ainda que não possamos inferir sobre a questão do medo das doenças suscitadas através dos documentos analisados, é pertinente lembrar que o medo é algo inerente ao ser humano, fazendo parte das experiências que os sujeitos tiveram e têm ao longo das diferentes temporalidades e espacialidades. Trata-se, assim, de “[...] uma defesa essencial, uma garantia

⁸ Os estudos sobre a vacina da varíola foram publicados pela primeira vez em 1798 por Edward Jenner na Inglaterra “[...] considerado o pai da imunologia –, após anos de pesquisas, reproduziu cientificamente uma prática comum entre os camponeses ingleses da região de Gloucester: inocular, deliberadamente, o pus encontrado nas pústulas das tetas das vacas doentes para adquirir imunidade contra a varíola. Em suas pesquisas, Jenner percebeu que os camponeses que assim procediam ficavam imunes à varíola nos períodos de grandes surtos da doença na Inglaterra” (Miranda, 2017, p. 334).

contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte” (Delumeau, 2009, p. 24), portanto, uma possibilidade, ao considerarmos a varíola e a raiva no Piauí provincial.

Conclusões

Findado esta narrativa, podemos nos deparar com a seguinte pergunta: qual a utilidade de se pensar a possibilidade do medo de doenças como a varíola ou mesmo a raiva na segunda metade do século XIX no Piauí? A História, que recorta seus objetos, e que preenche lacunas ao produzir narrativas sobre um passado, continua tendo sentido no tempo presente?

Em tempos de pandemia, de enfrentamento de uma doença que provoca dúvidas e incertezas a respeito de medidas profiláticas e tratamentos, que provoca o receio e o medo de morrer ou de contaminar um ente querido, bem como a própria transformação do cotidiano, um novo dia a dia no qual o medo de se tornar doente está presente no imaginário dos sujeitos nos espaços mais afetados, talvez dê sentido e legitime a narrativa do historiador de pensar sobre esses aspectos em outros tempos e as maneiras como as sociedades humanas foram afetadas por estas experiências.

Deste modo, o medo, especialmente o medo de doenças, leva os sujeitos a tomarem atitudes extremas, “[...] pode ainda conduzir a comportamentos aberrantes e suicidas, nos quais a apreensão correta da realidade desaparece” (Delumeau, 2009, p. 27) e, certamente, não seria impossível ter conduzido ao incêndio que levou à morte de algumas crianças acometidas pela varíola no povoado do Poti, ou mesmo à criação de leis específicas para controle dos cães de rua em Teresina. Importa indicar ainda que, no caso da varíola e raiva no Piauí, é necessário que novas pesquisas e novos documentos sejam utilizados para que as perguntas não respondidas e possibilidades elencadas ao longo deste trabalho possam ser exploradas.

Assim, se pensamos sobre o medo, sobre os efeitos que as doenças têm no imaginário do ser humano, são essas questões que dão sentido a esta narrativa. Deste modo, ao mesmo tempo em que o historiador dá sentido a estas temporalidades, inventa narrativas distintas a partir de fontes diferentes, produzindo certa inteligibilidade deste passado a partir do presente. Isto só se torna possível enquanto a humanidade continuar precisando conhecer o passado para se situar em seu presente (Albuquerque Jr., 2017). Ao historiador, então, para exercer o seu ofício, fica a importância da capacidade de ver além do que está apresentado nas fontes e de

fabricar novas interpretações a partir destas, produzindo uma história que atenda às necessidades de seu lugar social (Certeau, 1982).

Referências

- ANDRADE, A. R. 2016. *Entre o sertão e as margens do rio Parnaíba: a transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX*. 2016. Teresina/PI. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. 2017. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Curitiba: Prismas, p. 57-72.
- BABBONI, S. D.; MODOLO, J. R. 2011. Raiva: Origem, Importância e Aspectos Históricos. *UNOPAR Científica. Ciências Biológicas e da Saúde*, v.13: 349-356.
- BAPTISTA, M. P. C.; NASCIMENTO, F. A. S. 2018. O Inimigo vem do Mar: Cólera, Medo e Morte no Litoral Piauiense no Final do Século XIX. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science (UniEVANGÉLICA)*, v.7, nº 2: 12-28.
- CERTEAU, M. 1982. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- DELUMEAU, J. 2009. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DEL PRIORE, M. 2016. *Histórias da gente brasileira: v.2 – Império*. São Paulo: LeYa, p. 304-315.
- DIAMOND, J. 2020. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. 25. Ed. Rio de Janeiro: Record.
- MIRANDA, C. A. C. 2017. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura*. 3. Ed. Recife: UFPE, p. 139-176.
- MOREIRA, P. R. S. 2019. Cólera, bexiga, disenteria: epidemias e morte entre a população escrava e a formação social escravista meridional (Porto Alegre). In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado e MOTA, André (orgs.) *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, p. 347 – 385.
- NERY, A. K. F. 2021. *Políticas Públicas de Saúde, Doenças e Medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940*. Teresina/PI. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí.
- NUNES, O. 2007. *Pesquisas para a História do Piauí v.4*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- OLIVEIRA SOBRINHO, A. S. 2013. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, nº 32: 210-235.

TODOROV, T. 2003. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes.

TUAN, Y. 2005. *Paisagens do Medo*. São Paulo: UNESP.

Jornais e revistas, órgãos e instituições:

PIAUHY. Presidência da Província. 1856. *Relatorio do Presidente do Piahy o commendador Frederico D’Almeida e Albuquerque appresentado á respectiva Assembleia Legislativa Provincial na sessão ordinaria de 1856*. São Luiz: Typographia do Progresso.

PIAUHY. Presidência da Província. 1862a. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Antonio de Britto Souza Gayozo passou a administração da provincia do Piahy ao Exm. Sr. Presidente Dr. José Fernandes Moreira no dia 13 de junho de 1862*. Therezina: Tipographia Conservadora.

PIAUHY. Presidência da Província. 1862b. *Relatorio que o Exm. Presidente da Provincia do Piahy Dr. José Fernandes Moreira apresentou á Assembleia Legislativa Provincial por ocasião de sua instalação no dia 10 de novembro de 1862*. Therezina: Tipographia Conservadora.

PIAUHY. Presidência da Província. 1863a. *Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente Dr. José Fernandes Moreira passou a Administração da Provincia do Piahy ao Exm. Sr. Dr. Pedro Leão Vellozo no dia 1 de julho de 1863*. Therezina: Typographia Progressista.

PIAUHY. Presidência da Província. 1863b. *Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Pedro Leão Vellozo passou a Administração da Provincia do Piahy ao Exm. Sr. 2º Vice-Presidente Dr. Antonio de Sampaio Almendra no dia 4 de dezembro de 1863*. Therezina: Typographia Progressista.

PIAUHY. Presidência da Província. 1865. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piahy no dia 12 de julho de 1865 pelo Presidente da Provincia o Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria*. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos.

PIAUHY. Presidência da Província. 1866a. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piahy no dia 9 de julho de 1866 pelo Presidente da Provincia o Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria*. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos.

PIAUHY. Presidência da Província. 1866b. *Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Dr. Franklin A. de Menezes Doria entregou a Administração ao Excellentissimo 2º Vice-Presidente Dr. José Manoel de Freitas no dia 3 de agosto de 1866*. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos.

PIAUHY. Presidência da Província. 1866c. *Relatorio com que o Excm. Vice-Presidente da Provincia do Piahy Dr. José Manoel de Freitas passou a Administração ao Excellentissimo Presidente Dr. Adelino Antonio de Luna Freire no dia 5 de outubro de 1866*. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos.

PIAUHY. Presidência da Província. 1867. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 9 de setembro de 1867 pelo Presidente da Provincia o Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire*. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos.

PIAUHY. Presidência da Província. 1876. *Relatorio com que o Exm. Sr. Desembargador Delfino Augusto Cavalcanti D’Albuquerque passou a Administração da Provincia do Piauhy, em 4 de agosto de 1876 ao Exm. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa*. Theresina: Typ. do Piauhy.

PIAUHY. Presidência da Província. 1877. *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa do Piauhy, em sua sessão extraordinaria de 13 de abril de 1877 pelo Exm. Senr. Dr. Gracilliano de Paula Baptista Presidente da mesma Provincia*. Theresina: Typ. da Moderação.

PIAUHY. Presidência da Província. 1879a. *Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Dr. João Pedro Belfort Vieira, passou a administração da Provincia do Piauhy, Excellentissimo Senhor Dr. Manoel Idelfonso de Souza Lima, 4º Vice-Presidente da mesma Província no dia 11 de dezembro de 1879*. Theresina: Typ. do Semanario.

PIAUHY. Presidência da Província. 1879b. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel passou a administração da Provincia do Piauhy ao Exm.º Sr. 4º Vice-Presidente Dr. Constantino Luiz da Silva Moura no dia 13 de dezembro de 1878*. Theresina: Typographia da Imprensa.

THERESINA. Camara Municipal. 1865. *Posturas de 24 de julho de 1865*. Theresina: [s.n].

Recebido em: 10/05/2021
Aprovado em: 26/06/2021